Ata da 29ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos vinte e seis dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal de n° 391, 395, 396 e 397 de 2023 e a Moção do Legislativo Municipal n° 62 de 2023. **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 27ª e 28ª Reuniões Ordinárias de 2023, sendo aprovada por unanimidade.

ENTREGA DE MOÇÃO DE APLAUSOS: A sra. presidente discursa a entrega da Moção à empresa Fiação São Bento S.A, pelos seus 75 anos de fundação. Em seguida, a sra. presidente convida o diretor da Fiação São Bento Andreas Broder, para receber a Moção. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Cita iniciando os motivos claros da entrega da Moção para a empresa. Comenta que o pai da vereadora foi funcionário da Fiação São Bento, dizendo que seus pais se conheceram e se casaram, estando no bairro Serra Alta. Além da grande significação que a empresa representa ao bairro, a grande história de 75 anos de uma interferência significativa na economia da cidade. Uma responsabilidade social muito grande. Conclui que é um privilégio muito grande entregar esta Moção, cumprimentando e aplaudindo os responsáveis. Parabeniza a todos os servidores e famílias desta empresa. Com a palavra, o gerente administrativo da Fiação São Bento, Sr. Antonio Gonçalves dos Santos. Inicia agradecendo a família e diretoria da Fiação São Bento, a vereadora Carla Hofmann pela entrega da Moção e a todos os responsáveis na Câmara de Vereadores. Reitera fazendo um contraste após a segunda guerra mundial. Em 28 de Maio de 1948, nascia a Fiação São Bento, época do pós guerra e que as empresas estavam começando a se erguer na região catarinense. O que acabou motivando empresários a abrir a empresa em um terreno na região de São Bento do Sul, no bairro Serra Alta, por questões de logística, próxima a via férrea, nascendo assim a Fiação São Bento. Na ocasião, comenta sobre a ordem cronológica dos acontecimentos da indústria têxtil e fabril, na qual a empresa passava por processos contínuos de crescimento. **DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO**: Na sequência, a sra. presidente colocou em discussão única acerta do Veto Total n°1 de 2023. Autor: Executivo Municipal ao Projeto de Lei do Legislativo n°88, proposto pelo vereador Adriano Reinhardt, que denomina Afonso Christoff Servidão de Passagem no Município. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Parabeniza a empresa Fiação São Bento pela sua Moção de Aplausos. Explica que a homenagem não deve ser discutida. Mostrando no telão a servidão tem

duas situações. Que há um erro material. Até que a documentação seja regularizada, a servidão é particular. O município não tem competência para dar nome. Cumprindo as exigências da lei n°4.741 de 2023, ela poderá ser aprovada como público e então nominada. Mas no momento a servidão é particular e há o erro na metragem, por isso a razão do veto. Se caso mantida, seria uma lei inconstitucional. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação a manutenção do Veto Total n°1 do Executivo Municipal, ao Projeto de Lei do Legislativo n°88, sendo aprovada por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO:** Na sequência a sra. presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei n° 387 de 2023 – Autor: Executivo Municipal. Que autoriza o poder executivo a abrir crédito suplementar no valor de R$ 4.370.000,00. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. O crédito é destinado para a pasta da saúde, com base em incremento de dotação orçamentária. O objetivo do incremento é a cobertura com despesas de pessoal. Diz que, entre a conversa entre a contabilidade da prefeitura e a contabilidade da secretaria de saúde, foi ajustado que, em meados deste ano já seria feito essa suplementação. A única finalidade é cobrir despesas com o pessoal da saúde. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei n° 387 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei n° 389 de 2023 – Autor: Executivo Municipal. Que altera o artigo 15 da lei 4.702 de 1ª de dezembro de 2022. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Cita que é mais uma lei sobre a nova lei de licitações. Complementa que é uma adequação à lei federal de licitações. Tem a finalidade de fazer a alteração na lei que o corpo jurídico do SAMAE poderá cuidar das situações jurídicas do próprio sem passar pela procuradoria da Prefeitura. Facilitando os trabalhos do SAMAE e desafoga a procuradoria da Prefeitura. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei n° 389 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO.** Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 388 de 2023- Autor: Executivo Municipal - Que dispõe sobre o recebimento e a destinação de valores a títulos de patrocínio a eventos realizados no município. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Inicia a fala falando sobre a importância dos eventos no município que sempre movimentam e faz com que a economia da cidade cresça. Este projeto de lei tem por trazer o incentivo de haver mais eventos e trazer mais pontos positivos para São Bento do Sul. O objetivo da lei é que a municipalidade possa patrocinar eventos totalmente ou parcialmente e que possa receber patrocínios de empresas privadas ou pessoas físicas que tenham interesse em promover um evento com interesse ao município. Reitera que para as entidades ou pessoas que queiram ter o interesse de participar do patrocínio, precisam ter as certidões negativas das principais instituições públicas. O patrocínio pode ser feito a partir de valores, bens móveis ou imóveis, contratação de prestação de serviços. Não poderá ser concedido o patrocínio promovido por algum servidor público, ou pelas associações públicas,

pessoas que façam parte de uma ação político partidária ou ações que violem as normas do município e demais órgãos no qual não obteve autorização. Conclui que essa lei regulamenta a forma de patrocínios no município. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Coloca que é favorável, porém indaga que não tem escrito no projeto os limites, as delimitações do patrocínio. Vereadora Terezinha pede aparte. Complementa que no projeto trata também da parte de orçamentos, e caso dado o valor, passará pela Câmara para aprovação. Vereador Jairson Sabino questiona se todas as solicitações de orçamento para patrocínio passarão pela Câmara, porque de qualquer forma os vereadores estariam assinando um cheque em branco para o prefeito, para deliberar sobre o que ele quer. Reitera que é favorável ao projeto, porém reitera que é preciso colocar limites no patrocínio e questiona novamente se os vereadores precisarão analisar todas as solicitações de patrocínio. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Comenta que é preciso analisar com mais profundidade este projeto. Se fosse fora a edição desta lei, a casa teria que fazer essa própria análise sobre os patrocínios e o que estaria incluso. Diz que não vê com naturalidade os órgãos públicos patrocinarem alguma coisa, que não há a finalidade desta questão. Conclui que irá estudar mais sobre este tema. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Fica com o pé atrás sobre esta proposta porque também não vê o município como repassador de dinheiro para estes fins. Cita que muitas entidades precisam de apoio mesmo com esta lei. Hoje o município precisa de atenção em outras áreas que precisam ser priorizadas primeiro do que a aprovação desta lei. Vê o projeto como um projeto eleitoreiro. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Tem a mesma preocupação sobre a questão de patrocínios de órgãos públicos. Diz que os eventos que ocorrem hoje conseguem ainda ter recursos próprios, privados. Comenta que sempre falta dinheiro para reformar as estruturas públicas e acredita que este projeto será bem difícil de passar. Além das questões do limite do patrocínio, citando o vereador Jairson Sabino. Não falando desta gestão específica, mas a gestão pública, em que pode ser usado este projeto como algo com interesses pessoais. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Diz a preocupação que os vereadores têm acerca do projeto é bem importante, isso foi pensado e elaborado e também está incluso na lei. O prefeito não irá decidir qual evento será patrocinado. Será feita uma comissão com os servidores públicos que designarão qual evento será destinado o valor. A indicação das entidades será feita pelo prefeito, mas não a decisão final. E os vereadores poderão analisar o orçamento enviado pela Prefeitura. Vereador Jairson Sabino pede aparte. Replica que viu na lei que será formado uma comissão, mas questiona que os servidores são os subordinados do prefeito. Reitera que não será apenas para este prefeito e se a comissão for formada por subordinados do Prefeito, será aprovado o que o Prefeito quiser. Questiona se algum funcionário irá contra a vontade do chefe. Se houvesse a comissão instalada por representantes de cada poder público, seria mais autêntico a indicação. Vereador Paulo pede aparte. Complementa que o projeto vem do Executivo e por conta disso haverá a situação e oposição na Câmara por

conta da situação política. Por isso a preocupação existe e precisa ser melhor conversada. Voltando a palavra, a vereadora Terezinha. Cada vereador é independente e responsável por sua decisão e não irão pelo fato apenas de ser situação ou oposição e aprovarão o que for bom para a cidade. Vereadora Carla Hofmann pede aparte. Toda a discricionaridade ficará por conta do Prefeito com orçamento X que será aprovado. Será a indicação e valor indicado pelo Prefeito, o qual achar o mais viável a ser patrocinado. Mas abre muito o leque sobre as opções de serem feitas essas indicações. Replica que o projeto precisa ser aprovado não para o prefeito no qual exerce o poder atual, mas para o cargo em si e que a lei durará muito tempo. Conclui que diz que quer conversar com a vereadora Terezinha acerca do projeto. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 390 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 894.199,51. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Este valor é um repasse do governo do estado e está sendo transferido para o município para as cirurgias eletivas. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 392 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que altera o artigo 2ª da lei n°41 de 17 de agosto 1966. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Trata das competências do SAMAE, que inclui a limpeza mecanizada das vias da cidade, onde também trata da manutenção dos resíduos sólidos. Hoje, esta competência está em cargo da Secretaria Municipal de Obras, que continuará com a limpeza de praças e roçadas gerais. A varrição mecânica trata das limpezas das vias como também dos resíduos sólidos. Isso otimizará o serviço porque trará a junção dos serviços que há mais similaridade. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Diz citando também o vereador Hélio e vereador Paulo, que geriram a secretaria de obras. Sabemos que sempre foi feito pela secretaria a parte da varrição mecanizada. A secretaria tinha até então duas Bobcats importadas que deram problema. Provisionou na época 8 milhões de reais, no qual o secretário recebeu o valor e fez algumas compras para a secretaria. Na parte de responsabilidade por fazer a operação dessas limpezas, o contribuinte não está preocupado se vai ser o SAMAE ou a secretaria. Questiona se as máquinas vão ser transferidas, operadores, orçamentos. Não vê motivo de passar este serviço para o SAMAE. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 393 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.000.000,00. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Tem por finalidade a contenção da encosta da Rua Jaraguá, referindo-se ao repasse do governo federal de R$1.700.000,00 e a construção de duas cabeceiras de concreto armado na Estrada Antônio Huttl. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. 5 de junho fez um ano que 19 famílias que foram prejudicadas pelas fortes chuvas causadas

na Rua Jaraguá do Sul. 19 famílias abandonadas por este governo. 2 delas que tiveram de fato as casas destruídas, foram retirados estão agora em aluguel social. 17 permanecem fazendo orações, preces, para que uma nova chuva forte não leve as suas casas e suas vidas. O morador mais antigo tem 46 anos. Todos são contribuintes para o governo e o prefeito dizendo que aquilo era uma área pública. Fez uma denúncia no Ministério Público, pedindo informação para a procuradoria, dizendo que estavam sendo bem assistidos e ficou por assim. O governo deveria ter feito outra solução para isso, já comentado na Câmara. O que espera é que este governo saia da sombra e ampare essas 19 famílias. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Concordando com o projeto, fala que precisa ser claro a respeito do muro de contenção, que não irá proteger apenas as casas em perigo, mas também as outras mais distantes. Aquela área precisa realmente deste muro para evitar novos desastres. É extremamente importante a conclusão deste muro. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. O valor da Rua Jaraguá repassado pelo governo, veio repassado R$ 1.700.000,00. Há 25 famílias na Rua Jaraguá, havendo mais casas. Reforçando a necessidade de ter mais segurança nesta rua para não atingir outras casas. A empresa que fez este projeto é uma das mais conceituadas no Brasil para fazer a contenção desta rua. Com a palavra, o vereador Darlan Guliani. Complementar a palavra da vereadora Terezinha, que isso se deve a um fato que deve ser citado. Possuímos em Santa Catarina, um geólogo apenas para atender 295 municípios. Feito um laudo por ele, não há sequer um segundo para contestar o mesmo. Dado o valor para investir no muro e na reforma da Rua, daria para comprar casas no valor aproximado de R$ 100 mil para cada família. O geólogo alega que mesmo assim há um perigo do muro descer então precisa-se deste muro de contenção. Comenta que a empresa que está desempenhando o projeto, está no mercado há mais de 140 anos exercendo este tipo de trabalho. Aos olhos podem parecer simples, mas não são. Talvez seja a incompetência do sistema, para haver apenas um geólogo para tratar de 295 municípios. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 394 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o poder executivo a abrir crédito suplementar de valor R$ 200.000,00. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Esse valor sairá da Secretaria Municipal de Administração e irá para a Secretaria Municipal de Educação, para fazer reformas na escola Maria Ferreira Ziemann, no bairro Rio Vermelho. No início de 2021 a mesma escola foi fechada por ter apenas 9 alunos do primeiro ao quinto ano. Após isso, foram direcionados às escolas que os pais escolheram, para terem uma educação mais adequada. Cita o vereador Paulo que ajudou a contribuir com a melhoria nessa escola. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 96 de 2023 - Autor: Legislativo Municipal – Que introduz alteração na lei n°2.983 de 27 de março de 2012. Com a palavra, a sra. presidente Zuleica Voltolini. O projeto visa instituir gratificação

ao Agente de Contratação e alterar a redação da função gratificada de pregoeiro, especificando atribuições do servidor. Uma readequação entre servidores efetivos, para tomar decisões devidas. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Entende que é necessário o projeto de lei devido às alterações na lei de licitações do Legislativo. Pensa que não teria mais funções gratificadas dentro do Legislativo, depois da reforma administrativa. Foi feito um compromisso com as pessoas que a cobraram. Voltando a palavra com a sra. presidente Zuleica Voltolini. O entendimento da nova lei de licitações prevê que o profissional terá de dar um atendimento específico, que fará além de sua função. A sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. **TRIBUNA POPULAR**. A sra. presidente informa, que atendendo o requerimento n°103 de 2023, da autora Karen Lili Fechner, que serão explanados sobre a importância do dia internacional de combate às drogas e os impactos no indivíduo. Com a palavra, a Sra. Juliane Catherine Harms. Trabalha há 16 anos na Secretaria Municipal de Saúde, e hoje está como presidente da COMAD e também trabalha há 8 anos no CAPS de São Bento do Sul. Explica, mostrando na tela, os impactos no indivíduo e a sociedade ao estar sob efeitos de drogas. A droga é causadora de conflitos familiares, instabilidade profissional e acadêmica. Tem uma relação direta na baixa qualidade de vida como um todo, afetando em todas as esferas do setor público e privado. As drogas podem gerar sérias consequências, causando diversas alterações na saúde física e mental. Hoje inclusive há uma demanda enorme no CAPS, e diz que o centro não está dando mais conta. Em nosso país, quase 30 milhões de pessoas têm alguém da família dependente químico. De acordo com pesquisas da OMS, aproximadamente 25 milhões de brasileiros, ou 16,5% dos entrevistados, demonstraram esse tipo de compulsão por bebida alcoólica. Isso acontece porque todo usuário de drogas ilícitas também tem o contato com o álcool. Faz um alerta que a pior bebida para se tratar, é o alcoolismo, tanto fisicamente quanto mentalmente. As drogas ilícitas são mais fáceis de tratar nestes casos. Há também drogas estimulantes junto com a droga álcool para “equilibrar o cérebro”. Os transtornos mentais e comportamentais relacionados ao uso de álcool e outras drogas são responsáveis por mais de 11.504 mil mortes anuais no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, dados de fevereiro deste ano de 2023. O documento revela que 10.887 pessoas perderam a vida em decorrência da mistura de álcool com direção, em 2021. Total de mortes anuais 22.391, ou seja, 2,5 óbitos por hora. Isso também está relacionado a acidentes com a intenção de cometer suicídio. Em seguida explica sobre a lei n°3.082, onde compartilha que os vereadores precisam analisar esta lei e como ela funciona, que dispõe sobre o COMAD, cria o fundo municipal de políticas públicas sobre drogas, FMA. Ela também reitera que estes fundos precisam de dinheiro. Outros municípios de Santa Catarina possuem o fundo e são alimentados, por exemplo o fundo de Blumenau, por conta da Oktoberfest. Cada bebida vendida na festa, uma pequena porcentagem vai para este fundo em questão. Por isso Blumenau pode realizar várias ações

contra o uso de drogas, principalmente as ilícitas. Questiona que está há muitos anos nesta comissão e não há nenhuma lei municipal que regulamenta o repasse para este fundo. Muito se fala, muito se cobra, mas não tem investimento. Há o mês do junho branco, destinado ao combate ao uso de drogas, em seguida o fortalecimento da prevenção, ações e sensibilização ao jovem sobre os perigos da droga. Conclui dizendo que é preciso atenção de como fazer a abordagem para com as pessoas, e não as curiosidades que irá fazer o jovem ter vontade de experimentar. Explica que o COMAD pode aconselhar, orientar, implementar ações. Elas podem ser governamentais ou não-governamentais. Com a palavra, a vereadora Karen Lili Fechner. Semana passada, junto com a vereadora Zuleica, participaram de uma reunião, onde o policial Irineu fez uma apresentação. Na oportunidade, durante a semana, 80% dos casos onde a polícia militar atende, são relacionados a álcool ou algum tipo de droga. E nos fins de semana esta porcentagem aumenta para mais de 90% dos casos. Isso impacta economicamente, na segurança e no social do município. É importante que a municipalidade ofereça estes serviços para que os conselhos não percam a "vontade" de serem conselhos. Pergunta se a Sra. Juliane sobre os números do CAPS e se o município poderia ter um CAPS apenas para estes casos. Sra. Juliane pensa que São Bento do Sul comporta um CAPS adicional. Mas explica que adolescentes foram alguns dos fatores que fizeram aumentar os números de atendimento, por isso haver um CAPS infantil seria uma prioridade maior. Hoje são 300 a 400 atendimentos por mês. Qualquer dúvida, a porta de entrada para pedir ajuda é o posto de saúde, para posterior atendimento mais especializado. Para esclarecer, o CAPS recebe apenas pacientes que estão em surtos mentais graves e persistentes. Gestantes possuem prioridades no atendimento. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Pergunta se hoje o COMAD recebe valores e se há alguma ideia de como receber esses repasses. Questiona se há algum convênio com a educação para visitar a escola e apresentar prevenções. A Sra. Juliane responde que não há convênios com a secretaria de educação, apenas se contribui para mandar ideias de prevenção. O fundo atualmente em São Bento do Sul não há nenhum dinheiro. Com a palavra, o vereador Darlan Guliani. Cita o nome da psicóloga Marta Maria, que idealizou o projeto de assistência às grávidas. Questiona a fala da Sra. Juliane falando sobre o aumento de casos e atendimentos relacionados a pessoas usuárias de drogas, indagando também sobre os dados do governo anterior onde foi repassando cerca de R$ 500 milhões ao ano para a prevenção às drogas. Reitera que não falar diretamente para os jovens sobre o que são as drogas de fato faz parecer uma "maquiagem" na prevenção. Acredita que precisa ter um choque de realidade. Os adolescentes precisam ver como está a situação real dos usuários de drogas, pergunta se isso não é contraditório. A Sra. Juliane diz que já havia tido essa ideia e gostaria de ter apresentado aos pacientes como seria um usuário com esquizofrenia, mas a lei não permite. Explica que nosso cérebro só amadurece a partir dos 25 anos, segundo a neurociência. Fazer este tratamento de choque poderia funcionar para alguns, mas não para todos que

não que tem o juízo crítico da consequência. A sra. presidente Zuleica conclui, enaltecendo os órgãos ativos que atuam contra as drogas e agradece a fala da Sra. Juliane. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 29 de junho de 2023 e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 26 de junho de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS